

HABEAS CORPUS Nº 493.294 - MS (2019/0041815-6)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : GABRIEL DORNTE BROCH E OUTROS
ADVOGADOS : GABRIEL DÖRNTE BROCH - MS021108
MARX LOPES PEREIRA - MS021116
MICHELLE CAROLINE ROSSI CARDOSO - MS022913
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : CLAUDIONOR DUARTE NETO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CLAUDIONOR DUARTE NETO, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no julgamento do HC n. 5002791-65.2019.4.03.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi denunciado perante o Juízo do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Campo Grande como incurso nos artigos 140, *caput*, e § 2º, combinado com o artigo 141, inciso II, ambos do Código Penal.

Buscando o trancamento do processo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cujo pedido liminar foi indeferido pelo Desembargador Relator.

Sustentam os impetrantes que os fatos ocorreram quando o delegado da Polícia Federal não se encontrava no exercício de suas funções, razão pela qual a Justiça Federal seria incompetente para processar e julgar o feito, nos termos do enunciado da Súmula 147 deste Superior Tribunal de Justiça.

Afirmam que a intervenção da suposta vítima em um acidente de trânsito fora do seu horário de expediente, ocasião em que as ofensas teriam sido irrogadas, não afetaria bens, serviços ou interesses da União.

Aduzem que o delito de injúria não teria se configurado, pois não se poderia falar em violação à dignidade ou decoro do cargo de delegado da Polícia Federal, se, no momento dos fatos, o ofendido não atuava segundo as atribuições expressamente previstas no artigo 144 da Constituição Federal.

Requerem, liminarmente, a suspensão da ação penal na origem e, no mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja trancada.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça "*firmou entendimento no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere liminar, a não ser em hipóteses excepcionais, quando demonstrada flagrante ilegalidade, a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do STF*" (AgRg no HC 481.356/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

E, da análise da documentação acostada, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, o Desembargador Relator explicou que, de acordo com o termo circunstanciado "*o Delegado da Polícia Federal, apresentando-se como tal, interveio na situação no intuito de obstar que o paciente, aparentemente embriagado,*

evadisse do local do acidente de trânsito, dirigindo e removendo o veículo do local dos fatos, antes que a Polícia de Trânsito chegasse" (e-STJ fl. 156).

Afirmou que, *"embora estivesse fora do seu horário de trabalho, aparentemente, o Delegado da Polícia Federal interveio com base no seu dever de agir, diante de uma situação de flagrância delitiva, com amparo no art. 301 do Código de Processo Penal"* (e-STJ fl. 156).

Consignou que, *"em um juízo perfunctório", "há lastro probatório mínimo, capaz de autorizar a deflagração da ação penal", não se vislumbrando "constrangimento ilegal por atipicidade da conduta", salientando que "não foi anexada à documentação que acompanha o presente Habeas Corpus, a cópia da denúncia"* (e-STJ fl. 156).

Concluiu não vislumbrar *"o periculum in mora e o fumus boni iuris necessários para o deferimento da medida liminar pretendida, devendo-se aguardar o julgamento deste writ pelo órgão colegiado, mormente porque não restou evidenciado, neste momento, qualquer risco à liberdade de locomoção do paciente"* (e-STJ fl. 156).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ademais, esta Corte Superior de Justiça já decidiu que, *"ainda que a atuação dos policiais rodoviários federais tenha se dado de forma casuística, como sustentado na impetração, o certo é que era sua incumbência, naquele momento, reprimir a prática criminosa, nos termos do artigo 301 do Código de Processo Penal, motivo pelo qual não há dúvidas de que agiram no exercício de suas funções, o que revela a competência da Justiça Federal para processar e julgar o paciente, que desferiu diversos tiros contra eles ao empreender fuga de agência bancária que tentou assaltar"* (HC 309.914/RS, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 15/04/2015), circunstância que reforça a impossibilidade de conhecimento do *mandamus*.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator